

conhecimento do Brasil. É difícil prever como serão reapreciados no futuro os aspectos da obra de Gilberto Freyre a que me referi criticamente.

Mas não é difícil insistir no que de realmente novo – além do painel inspirador de *Casa-grande & senzala* como um todo – veio para ficar. De alguma forma Gilberto Freyre nos faz fazer as pazes com o que somos. Valorizou o negro. Chamou atenção para a região. Reinterpretou a raça pela cultura e até pelo meio físico. Mostrou, com mais força de que todos, que a mestiçagem, o hibridismo, e mesmo (mistificação à parte) a plasticidade cultural da convivência entre contrários, não são apenas uma característica, mas uma vantagem do Brasil.

E, acaso não é esta a carta de entrada do Brasil em um mundo globalizado no qual, em vez da homogeneidade, do tudo igual, o que mais conta é a diferença, que não impede a integração nem se dissolve nela?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
São Paulo, julho de 2003

Prefácio à 1ª Edição

Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio. Levou-me primeiro à Bahia; depois a Portugal, com escala pela África. O tipo de viagem ideal para os estudos e as preocupações que este ensaio reflete.

Em Portugal foi surpreender-me em fevereiro de 1931 o convite da Universidade de Stanford para ser um dos seus *visiting professors* na primavera do mesmo ano. Deixei com saudade Lisboa, onde desta vez pudera familiarizar-me, em alguns meses de lazer, com a Biblioteca Nacional, com as coleções do Museu Etnológico, com sabores novos de vinho-do-porto, de bacalhau, de doces de freiras. Juntando-se a isto o gosto de rever Sintra e os Estoris e o de abraçar amigos ilustres. Um deles, João Lúcio de Azevedo, mestre admirável.

Igual oportunidade tivera na Bahia – minha velha conhecida, mas só de visitas rápidas. Demorando-me em Salvador pude conhecer com todo o vagar não só as coleções do Museu Afro-baiano Nina Rodrigues e a arte do traje das negras quituteiras e a decoração dos seus bolos e tabuleiros como certos encantos mais íntimos da cozinha e da doçaria baiana que escapam aos simples turistas. Certos gostos mais finos da velha cozinha das casas-grandes que fez dos fornos, dos fogões e dos tabuleiros de bolo da Bahia seu último e Deus queira que invencível reduto.¹ Deixo aqui meus agradecimentos às famílias Calmon, Freire de

Carvalho, Costa Pinto; também ao professor Bernardino de Sousa, do Instituto Histórico, a frei Filoteu, superior do convento dos Franciscanos, e à preta Maria Inácia, que me prestou interessantes esclarecimentos sobre o traje das baianas e a decoração dos tabuleiros. “*Une cuisine et une politesse! Oui, les deux signes de vieille civilisation...*”, lembro-me de ter aprendido em um livro francês. É justamente a melhor lembrança que conservo da Bahia: a da sua polidez e a da sua cozinha. Duas expressões de civilização patriarcal que lá se sentem hoje como em nenhuma outra parte do Brasil. Foi a Bahia que nos deu alguns dos maiores estadistas e diplomatas do Império; e os pratos mais saborosos da cozinha brasileira em lugar nenhum se preparam tão bem como nas velhas casas de Salvador e do Recôncavo.

Realizados os cursos que por iniciativa do professor Percy Alvin Martin me foram confiados na Universidade de Stanford – um de conferências, outro de seminário, cursos que me puseram em contato com um grupo de estudantes, moças e rapazes, animados da mais viva curiosidade intelectual – regressei da Califórnia a Nova Iorque por um caminho novo para mim: através do Novo México, do Arizona, do Texas; de toda uma região que ao brasileiro do Norte recorda, nos seus trechos mais acres, os nossos sertões ouriçados de mandacarus e de xiquexiques. Descampados em que a vegetação parece uns enormes cacos de garrafa, de um verde duro, às vezes sinistro, espetados na areia seca.

Mas regressando pela fronteira mexicana, visava menos a esta sensação de paisagem sertaneja que a do velho Sul escravocrata. Este se alcança ao chegar o transcontinental aos canaviais e alagadiços da Luisiana, Alabama, Mississipi, as Carolinas, Virgínia – o chamado “*deep South*”. Região onde o regime patriarcal de economia criou quase o mesmo tipo de aristocrata e de casa-grande, quase o mesmo tipo de escravo e de senzala que no Norte do Brasil e em certos trechos do Sul; o mesmo gosto pelo sofá, pela cadeira de balanço, pela boa cozinha, pela mulher, pelo cavalo, pelo jogo; que sofreu, e guarda as cicatrizes, quando não as feridas abertas, ainda sangrando, do mesmo regime devastador de exploração agrária – o fogo, a derrubada, a coivara, a “lavoura parasita da natureza”², no dizer de Monteiro Baena referindo-se ao Brasil. A todo estudioso da formação patriarcal e da economia escravocrata do Brasil impõe-se o conhecimento do cha-

mado “*deep South*”. As mesmas influências de técnica de produção e de trabalho – a monocultura e a escravidão – uniram-se naquela parte inglesa da América como nas Antilhas e na Jamaica, para produzir resultados sociais semelhantes aos que se verificam entre nós. Às vezes tão semelhantes que só varia o acessório: as diferenças de língua, de raça e de forma de religião.

Tive a fortuna de realizar parte da minha excursão pelo sul dos Estados Unidos na companhia de dois antigos colegas da Universidade de Colúmbia – Ruediger Bilden e Francis Butler Simkins. O primeiro vem se especializando com o rigor e a fleuma de sua cultura germânica no estudo da escravidão na América, em geral, e no Brasil, em particular; o segundo, no estudo dos efeitos da abolição nas Carolinas, assunto que acaba de fixar em livro interessantíssimo, escrito em colaboração com Robert Hilliard Woody: *South Carolina during reconstruction*, Chapel Hill, 1932. Devo aos meus dois amigos, principalmente a Ruediger Bilden, sugestões valiosas para este trabalho; e ao seu nome devo associar o de outro colega, Ernest Weaver, meu companheiro de estudos de antropologia no curso do professor Franz Boas.

O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Colúmbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação. Vi uma vez, depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do *São Paulo* ou do *Minas* pela neve mole de Brooklyn. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um livro de viajante americano que acabara de ler sobre o Brasil: “*the fearfully mongrel aspect of most of the population*”. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes.

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família.

Por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos – temos que admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização da sua fisionomia moral. É uma influência sujeita a reação de outras; porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade. Muito do que se supõe, nos estudos ainda tão flutuantes de eugenia e de cacogenia, resultado de traços ou taras hereditárias preponderando sobre outras influências, deve-se antes associar à persistência, através de gerações, de condições econômicas e sociais, favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento humano. Lembra Franz Boas que, admitida a possibilidade da eugenia eliminar os elementos indesejáveis de uma sociedade, a seleção eugênica deixaria de suprimir as condições sociais responsáveis pelos proletariados miseráveis – gente doente e mal nutrida; e persistindo tais condições sociais, de novo se formariam os mesmos proletariados.³

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas de pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, em uma grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. E exigiu uma enorme massa de escravos. A criação de gado, com possibilidade de vida democrática, deslocou-se para os sertões. Na

zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal – uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palhas⁴ vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão.⁵

Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram entretanto de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos.

Ligam-se à monocultura latifundiária males profundos que têm comprometido, através de gerações, a robustez e a eficiência da população brasileira, cuja saúde instável, incerta capacidade de trabalho, apatia, perturbações de crescimento, tantas vezes são atribuídas à miscigenação. Entre outros males, o mau suprimento de víveres fres-

cos, obrigando grande parte da população ao regime de deficiência alimentar caracterizado pelo abuso do peixe seco e de farinha de mandioca (a que depois se juntou a carne de charque); ou então ao incompleto e perigoso, de gêneros importados em condições péssimas de transporte, tais como as que precederam a navegação a vapor e o uso, recentíssimo, de câmaras frigoríficas nos vapores. A importância da hiponutrição, destacada por Armitage,⁶ McCollum e Simmonds⁷ e recentemente por Escudero;⁸ da fome crônica, originada não tanto da redução em quantidade como dos defeitos da qualidade dos alimentos, traz a problemas indistintamente chamados “decadência” ou “inferioridade” de raças, novos aspectos e, graças a Deus, maiores possibilidades de solução. Salientam-se entre as conseqüências da hiponutrição a diminuição da estatura, do peso e do perímetro torácico; deformações esqueléticas; descalcificação dos dentes; insuficiências tiróidea, hipofisária e gonadal provocadoras da velhice prematura, fertilidade em geral pobre, apatia, não raro infecundidade. Exatamente os traços de vida estéril e de físico inferior que geralmente se associam às sub-raças: ao sangue maldito das chamadas “raças inferiores”. Não se devem esquecer outras influências sociais que aqui se desenvolveram com o sistema patriarcal e escravocrata de colonização: a sífilis, por exemplo, responsável por tantos dos “mulatos doentes” de que fala Roquette-Pinto e a que Ruediger Bilden atribui grande importância no estudo da formação brasileira.

A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” e de “religião” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora. Economia e organização social que às vezes contrariaram não só a moral sexual católica como as tendências semitas do português aventureiro para a mercancia e o tráfico.

Spengler salienta que uma raça não se transporta de um continente a outro; seria preciso que se transportasse com ela o meio físico. E recorda a propósito os resultados dos estudos de Gould e de Baxter, e os de Boas, no sentido da uniformização da média de estatura, do tempo médio de desenvolvimento e até, possivelmente, a estrutura de corpo e da forma de cabeça a que tendem indivíduos de várias procedências reunidos sob as mesmas condições de “meio fisi-

co”.⁹ De condições bioquímicas talvez mais do que físicas; as modificações por efeito possivelmente de meio, verificadas em descendentes de imigrantes – como nos judeus sicilianos e alemães estudados por Boas nos Estados Unidos¹⁰ – parecem resultar principalmente do que Wissler chama de influência do *biochemical content*¹¹. Na verdade, vai adquirindo cada vez maior importância o estudo, sob o critério da bioquímica, das modificações apresentadas pelos descendentes de imigrantes em clima ou meio novo, rápidas alterações parecendo resultar do iodo que contenha o ambiente. O iodo agiria sobre as secreções da glândula tiróide. E o sistema de alimentação teria uma importância considerável na diferenciação dos traços físicos e mentais dos descendentes de imigrantes.

Admitida a tendência do meio físico e principalmente do bioquímico (*biochemical content*) no sentido de recriar à sua imagem os indivíduos que lhe cheguem de várias procedências, não se deve esquecer a ação dos recursos técnicos dos colonizadores em sentido contrário: no de impor ao meio formas e acessórios estranhos de cultura, que lhes permitem conservar-se o mais possível como raça ou cultura exótica.

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas européias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente. A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos em um máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português, guardando embora aquela saudade do reino que Capistrano de Abreu chamou “transoceanismo”, tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma nova ordem econômica e social; o

criador de um novo tipo de habitação. Basta comparar-se a planta de uma casa-grande brasileira do século XVI com a de um solar lusitano do século XV para sentir-se a diferença enorme entre o português do reino e o português do Brasil. Distanciado o brasileiro do reinol por um século apenas de vida patriarcal e de atividade agrária nos trópicos já é quase outra raça, exprimindo-se em outro tipo de casa. Como diz Spengler – para quem o tipo de habitação apresenta valor histórico-social superior ao da raça – à energia do sangue que imprime traços idênticos através da sucessão dos séculos deve-se acrescentar a força “cósmica, misteriosa, que enlaça num mesmo ritmo os que convivem estreitamente unidos.”¹² Esta força, na formação brasileira, agiu do alto das casas-grandes, que foram centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o comparatismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. Desse patriarcalismo, absorvente dos tempos coloniais a casa-grande do engenho Noruega, em Pernambuco, cheia de salas, quartos, corredores, duas cozinhas de convento, despensa, capela, puxadas, parece-me expressão sincera e completa. Expressão do patriarcalismo já repousado e pacato do século XVIII; sem o ar de fortaleza que tiveram as primeiras casas-grandes do século XVI. “Nas fazendas estava-se como num campo de guerra”, escreve Teodoro Sampaio referindo-se ao primeiro século de colonização. “Os ricos-homens usavam proteger as suas vivendas e solares por meio de duplas e poderosas estacas à moda do gentio, guarnecidas pelos fâmulos, os apaniguados e índios escravos, e servindo até para os vizinhos quando de súbito acossados pelos bárbaros.”¹³

Nos engenhos dos fins do século XVII e do século XVIII estava-se porém como em um convento português – uma grande fazenda com

funções de hospedaria e de santa casa. Nem mesmo o não sei quê de retraído das casas dos princípios do século XVII, com alpendres como que trepados em pernas de pau, verifica-se nas habitações dos fins desse século, do XVIII e da primeira metade do XIX casas quase de todo desmilitarizadas, acentuadamente paisanas, oferecendo-se aos estranhos em uma hospitalidade fácil, derramada. Até mesmo nas estâncias do Rio Grande, Nicolau Dreys foi encontrar, em princípios do século XIX, o costume dos conventos medievais de tocar-se um sino à hora da comida: “serve elle para avisar o viajante vagando pelo campo, ou o desvalido da vizinhança, que pode chegar à mesa do dono que está se apromptando; e, com effeito, assenta-se quem quer a essa mesa de hospitalidade. Nunca o dono repelle a ninguem, nem sequer pergunta-se-lhe quem he [...]”.¹⁴

Não me parece inteiramente com a razão José Mariano Filho ao afirmar que a nossa arquitetura patriarcal não fez senão seguir o modelo da religiosa, aqui desenvolvida pelos jesuítas¹⁵ – os inimigos terríveis dos senhores de engenho. O que a arquitetura das casas-grandes adquiriu dos conventos foi antes certa doçura e simplicidade franciscana. Fato que se explica pela identidade de funções entre uma casa de senhor de engenho e um convento típico de frades de São Francisco. A arquitetura jesuítica e de igreja foi, não há dúvida, e nisto me encontro de inteiro acordo com José Mariano Filho, a expressão mais alta e erudita de arquitetura no Brasil colonial. Influenciou certamente a da casa-grande. Esta, porém, seguindo seu próprio ritmo, seu sentido patriarcal, e experimentando maior necessidade que a puramente eclesiástica de adaptar-se ao meio, individualizou-se e criou tamanha importância que acabou dominando a arquitetura de convento e de igreja. Quebrando-lhe o roço jesuítico, a verticalidade espanhola para achatá-la doce, humilde, subserviente em capela de engenho. Dependência da habitação doméstica. Se a casa-grande absorveu das igrejas e conventos valores e recursos de técnica, também as igrejas assimilaram caracteres da casa-grande: o copiar, por exemplo. Nada mais interessante que certas igrejas do interior do Brasil com alpendre na frente ou dos lados como qualquer casa de residência. Conheço várias – em Pernambuco, na Paraíba, em São Paulo. Bem característica é a de São Roque de Serinhaém. Ainda mais: a capela do engenho Caieiras, em Sergipe, cuja fisionomia é inteira-

mente doméstica. E em São Paulo, a igreja de São Miguel, ainda dos tempos coloniais.

A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos.

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. "Feias e fortes". Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Refere uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso de perpetuidade não se conteve: mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o de baleia ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza.

O irônico, porém, é que, por falta de potencial humano, toda essa solidez arrogante de forma e de material foi muitas vezes inútil: na terceira ou quarta geração, casas enormes edificadas para atravessar séculos começaram a esfarelar-se de podres por abandono e falta de conservação. Incapacidade dos bisnetos ou mesmo netos para conservarem a herança ancestral. Vêem-se ainda em Pernambuco as ruínas do grande solar dos barões de Mercês; neste até as cavaliças tiveram alicerces de fortaleza. Mas toda essa glória virou monturo. No fim de contas as igrejas é que têm sobrevivido às casas-grandes. Em Massangana, o engenho da meninice de Nabuco, a antiga casa-grande desapareceu; esfarelou-se a senzala; só a capelinha antiga de São Mateus continua de pé com os seus santos e as suas catacumbas.

O costume de se enterrarem os mortos dentro de casa – na capela, que era uma puxada da casa – é bem característico do espírito patriarcal de coesão de família. Os mortos continuavam sob o mesmo teto que os vivos. Entre os santos e as flores devotas. Santos e mortos eram afinal parte da família. Nas cantigas de acalanto portuguesas e brasileiras as mães não hesitaram nunca em fazer dos seus filhinhos uns irmãos mais moços de Jesus, com os mesmos direitos aos cuidados de Maria, às vigílias de José, às patéticas de vovó de Sant'Ana. A São José encarrega-se com a maior sem-cerimônia de embalar o berço ou a rede da criança:

*Embala, José, embala,
que a Senhora logo vem:
foi lavar seu cueirinho
no riacho de Belém.*

E a Sant'Ana de ninar os meninozinhos no colo:

*Senhora Sant'Ana,
ninai minha filha;
vede que lindeza
e que maravilha.*

*Esta menina
não dorme na cama,
dorme no regaço
da Senhora Sant'Ana.*

E tinha-se tanta liberdade com os santos que era a eles que se confiava a guarda das terrinas de doce e de melado contra as formigas:

*Em louvor de São Bento
que não venham as formigas
cá dentro.*

escrevia-se em um papel que se deixava à porta do guarda-comida. E em papéis que se grudavam às janelas e às portas:

*Jesus, Maria, José,
rogai por nós que recorremos a vós.*

Quando se perdia um dedal, uma tesoura, uma moedinha, Santo Antônio que desse conta do objeto perdido. Nunca deixou de haver no patriarcalismo brasileiro, ainda mais que no português, perfeita intimidade com os santos. O Menino Jesus só faltava engatinhar com os meninos da casa; lambuzar-se na geléia de araçá ou goiaba; brincar com os moleques. As freiras portuguesas, nos seus êxtases, sentiam-

no muitas vezes no colo brincando com as costuras ou provando dos doces.¹⁶

Abaixo dos santos e acima dos vivos ficavam, na hierarquia patriarcal, os mortos, governando e vigiando o mais possível a vida dos filhos, netos, bisnetos. Em muita casa-grande conservavam-se seus retratos no santuário, entre as imagens dois santos, com direito à mesma luz votiva de lamparina de azeite e às mesmas flores devotas. Também se conservavam às vezes as tranças das senhoras, os cachos dos meninos que morriam anjos. Um culto doméstico dos mortos que lembra o dos antigos gregos e romanos.

Mas a casa-grande patriarcal não foi apenas fortaleza, capela, escola, oficina, santa casa, harém, convento de moças, hospedaria. Desempenhou outra função importante na economia brasileira: foi também banco. Dentro das suas grossas paredes, debaixo dos tijolos ou mosaicos, no chão, enterrava-se dinheiro, guardavam-se jóias, ouro, valores. Às vezes guardavam-se jóias nas capelas, enfeitando os santos. Daí Nossas Senhoras sobrecarregadas à baiana de tetéias, balangandãs, corações, cavalinhos, cachorrinhos e correntes de ouro. Os ladrões, naqueles tempos piedosos, raramente ousavam entrar nas capelas e roubar os santos. É verdade que um roubou o esplendor e outras jóias de São Benedito; mas sob o pretexto, ponderável para a época, de que “negro não devia ter luxo”. Com efeito, chegou a proibir-se, nos tempos coloniais, o uso de “ornatos de algum luxo” pelos negros.¹⁷

Por segurança e precaução contra os corsários, contra os excessos demagógicos, contra as tendências comunistas dos indígenas e dos africanos, os grandes proprietários, nos seus zelos exagerados de privatismo, enterraram dentro de casa as jóias e o ouro do mesmo modo que os mortos queridos. Os dois fortes motivos das casas-grandes acabarem sempre mal-assombradas com cadeiras de balanço se balançando sozinhas sobre tijolos soltos que de manhã ninguém encontra; com barulho de pratos e copos batendo de noite nos aparadores; com almas de senhores de engenho aparecendo aos parentes ou mesmo estranhos pedindo padres-nossos, ave-marias, gemendo lamentações, indicando lugares com botijas de dinheiro. Às vezes dinheiro dos outros de que os senhores ilicitamente se haviam apoderado. Dinheiro que compadres, viúvas e até escravos lhes tinham entregue para guardar. Sucedeu muita dessa gente ficar sem os seus

valores e acabar na miséria devido à esperteza ou à morte súbita do depositário. Houve senhores sem escrúpulos que, aceitando valores para guardar, fingiram-se depois de estranhos e desentendidos: “Você está maluco? Deu-me lá alguma coisa para guardar?”¹⁸ Muito dinheiro enterrado sumiu misteriosamente. Joaquim Nabuco, criado por sua madrinha na casa-grande de Massangana, morreu sem saber que destino tomara a ourama para ele reunida pela boa senhora; e provavelmente enterrada em algum desvão de parede. Já ministro em Londres, um padre velho falou-lhe do tesouro que Da. Ana Rosa juntara para o afilhado querido. Mas nunca se encontrou uma libra sequer. Em várias casas-grandes da Bahia, de Olinda, de Pernambuco se têm encontrado, em demolições ou escavações, botijas de dinheiro. Na que foi dos Pires d’Ávila ou Pires de Carvalho, na Bahia, achou-se, em um recanto de parede, “verdadeira fortuna em moedas de ouro”. Em outras casas-grandes só se têm desencavado do chão ossos de escravos, justificados pelos senhores e mandados enterrar no quintal, ou dentro de casa, à revelia das autoridades. Conta-se que o visconde de Suaçuna, na sua casa-grande de Pombal, mandou enterrar no jardim mais de um negro supliciado por ordem de sua justiça patriarcal. Não é de admirar. Eram senhores, os das casas-grandes, que mandavam matar os próprios filhos. Um desses patriarcas, Pedro Vieira, já avô, por descobrir que o filho mantinha relações com a mucama de sua predileção, mandou matá-lo pelo irmão mais velho. “Como Deus foi servido que eu mandasse matar meu filho”, escreveu ao padre coadjutor de Canavieira depois de cumprida a ordem terrível.¹⁹

Também os frades desempenharam funções de banqueiros nos tempos coloniais. Muito dinheiro se deu para guardar aos frades nos seus conventos²⁰ duros e inacessíveis como fortalezas. Daí as lendas, tão comuns no Brasil, de subterrâneos de convento com dinheiro ainda por desenterrar. Mas foram principalmente as casas-grandes que se fizeram de bancos na economia colonial; e são quase sempre almas penadas de senhores de engenho que aparecem pedindo padres-nossos e ave-marias.

Os mal-assombrados das casas-grandes se manifestam por visagens e ruídos que são quase os mesmos por todo o Brasil. Pouco antes de desaparecer, estupidamente dinamitada, a casa-grande de Megaípe, tive ocasião de recolher, entre os moradores dos arredores, histórias

de assombrações ligadas ao velho solar do século XVII. Eram barulhos de louça que se ouviam na sala de jantar; risos alegres de dança na sala de visita; tilintar de espadas; ruje-ruje de sedas de mulher; luzes que se acendiam e se apagavam de repente por toda a casa; gemidos; rumor de correntes se arrastando; choro de menino; fantasmas do tipo cresce-míngua. Assombrações semelhantes me informaram no Rio de Janeiro e em São Paulo povoar os restos de casas-grandes do vale do Paraíba.²¹ E no Recife, da capela da casa-grande que foi de Bento José da Costa, assegura-me um antigo morador do sítio que toda noite, à meia-noite, costuma sair montada em um burro, como Nossa Senhora, uma moça muito bonita, vestida de branco. Talvez a filha do velho Bento, que ele por muito tempo não quis que casasse com Domingos José Martins, fugindo à tirania patriarcal. Porque os mal-assombrados costumam reproduzir as alegrias, os sofrimentos, os gestos mais característicos da vida nas casas-grandes.

Em contraste com o nomadismo aventureiro dos bandeirantes – em sua maioria mestiços de brancos com índios – os senhores das casas-grandes representaram na formação brasileira a tendência mais caracteristicamente portuguesa, isto é, pé-de-boi, no sentido de estabilidade patriarcal. Estabilidade apoiada no açúcar (engenho) e no negro (senzala). Não que estejamos a sugerir uma interpretação étnica da formação brasileira ao lado da econômica. Apenas acrescentando a um sentido puramente material, marxista, dos fatos, ou antes, das tendências, um sentido psicológico. Ou psicofisiológico. Os estudos de Cannon,²² por um lado, e, por outro, os de Keith²³ parecem indicar que atuam sobre as sociedades, como sobre os indivíduos, independente de pressão econômica, forças psicofisiológicas, suscetíveis, ao que se supõe, de controle pelas futuras elites científicas – dor, medo, raiva – ao lado das emoções de fome, sede, sexo. Forças de uma grande intensidade de repercussão. Assim, o islamismo, no seu furor imperialista, nas formidáveis realizações, na sua exaltação mística dos prazeres sensuais, terá sido não só a expressão de motivos econômicos, como de forças psicológicas que se desenvolveram de modo especial entre populações do norte da África. Do mesmo modo, o movimento das bandeiras – em que emoções generalizadas de medo e raiva se teriam afirmado em reações de superior combatividade. O português mais puro, que se fixou em senhor de engenho, apoiado

antes no negro do que no índio, representa talvez, na sua tendência para a estabilidade, uma especialização psicológica em contraste com a do índio e a do mestiço de índio com português para a mobilidade. Isto sem deixarmos de reconhecer o fato de que em Pernambuco e no Recôncavo a terra se apresentou excepcionalmente favorável para a cultura intensa do açúcar e para a estabilidade agrária e patriarcal.

A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América hispânica; e esse tipo de civilização, ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes. Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes; capela; puxadas para acomodação dos filhos casados; camarinhas no centro para a reclusão quase monástica das moças solteiras; gineceu; copiar; senzala. O estilo das casas-grandes – estilo no sentido spengleriano – pode ter sido de empréstimo; sua arquitetura, porém, foi honesta e autêntica. Brasileirinha da Silva. Teve alma. Foi expressão sincera das necessidades, dos interesses, do largo ritmo de vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível.

Essa honestidade, essa largueza sem luxo das casas-grandes, sentiram-na vários dos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil colonial. Desde Dampier a Maria Graham. Maria Graham ficou encantada com as casas de residência dos arredores do Recife e com as de engenho, do Rio de Janeiro; só a impressionou mal o número excessivo de gaiolas de papagaio e de passarinho penduradas por toda parte. Mas estes exageros de gaiolas de papagaio animando a vida de família do que hoje se chamaria cor local; e os papagaios tão bem-educados, acrescenta Mrs. Graham, que raramente gritavam ao mesmo tempo.²⁴ Aliás, em matéria de domesticação patriarcal de animais, d'Assier observou exemplo ainda mais expressivo: macacos tomando a bênção aos moleques do mesmo modo que estes aos negros velhos e os negros velhos aos senhores brancos.²⁵ A hierarquia das casas-grandes estendendo-se aos papagaios e aos macacos.

A casa-grande, embora associada particularmente ao engenho de cana, ao patriarcalismo nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral: criou-a no Sul o café tão brasileiro como no Norte o açúcar. Percorrendo-se a antiga zona fluminense e paulista dos cafezais, sen-

te-se, nos casarões em ruínas, nas terras ainda sangrando das derrubadas e dos processos de lavoura latifundiária, a expressão do mesmo impulso econômico que em Pernambuco criou as casas-grandes de Megaípe, de Anjos, de Noruega, de Monjope, de Gaipió, de Morenos; e devastou parte considerável da região chamada “da mata”. Notam-se, é certo, variações devidas umas a diferenças e clima, outras a contrastes psicológicos e ao fato da monocultura latifundiária ter sido, em São Paulo, pelo menos, um regime sobreposto, no fim do século XVIII, ao da pequena propriedade.²⁶ Não nos deve passar despercebido o fato de que “enquanto os habitantes do Norte procuravam para habitações os lugares altos, os pendores das serras, os paulistas, pelo comum, preferiam as baixadas, as depressões do solo para a edificação de suas vivendas [...]”.²⁷ Eram casas, as paulistas, “sempre construídas em terreno íngreme, de forte plano inclinado, protegidas do vento sul, de modo que do lado de baixo o prédio tinha um andar térreo, o que lhe dava desse lado aparência de sobrado.” Surpreende-se nos casarões do Sul um ar mais fechado e mais retraído do que nas casas nortistas; mas o “terraço, de onde com a vista o fazendeiro abarcava todo o organismo da vida rural”, é o mesmo do Norte; o mesmo terraço hospitaleiro, patriarcal e bom. A sala de jantar e a cozinha, as mesmas salas e cozinhas de convento. Os sobrados que, viajando-se de Santos ao Rio em vapor pequeno que venha parando em todos os portos, avistam-se à beira da água – em Ubatuba, São Sebastião, Angra dos Reis – recordam os patriarcais, de rio Formoso. E às vezes, como no Norte, encontram-se igrejas com alpendre na frente – convidativas, doces, brasileiras.

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala. O estudo da história íntima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana; os Goncourt já o chamavam “*ce roman vrai*”. O arquiteto Lúcio Costa diante das casas velhas de Sabará, São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, das velhas casas-grandes de Minas, foi a impressão que teve: “A gente como que se encontra... E se lembra de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós; não sei – Proust devia explicar isso direito”.²⁸

Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimos-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o “tempo perdido”. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos.

Isto, é claro, quando se consegue penetrar na intimidade mesma do passado; surpreendê-lo nas suas verdadeiras tendências, no seu à-vontade caseiro, nas suas expressões mais sinceras. O que não é fácil em países como o Brasil; aqui o confessor absorveu os segredos pessoais e de família, estancando nos homens, e principalmente nas mulheres, essa vontade de se revelarem aos outros que nos países protestantes provê o estudioso de história íntima de tantos diários, confidências, cartas, memórias, autobiografias, romances autobiográficos. Creio que não há no Brasil um só diário escrito por mulher. Nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas e viscondessas, satisfaziam-se em contar os segredos ao padre confessor e à mucama de estimação; e a sua tagarelice dissolveu-se quase toda nas conversas com as pretas boceteiras, nas tardes de chuva ou nos meios-dias quentes, morosos. Debalde se procuraria entre nós um diário de dona de casa cheio de *gossip* no gênero dos ingleses e dos norte-americanos dos tempos coloniais.²⁹

Em compensação, a Inquisição escancarou sobre nossa vida íntima da era colonial, sobre as alcovas com camas que em geral parecem ter sido de couro, rangendo às pressões dos adultérios e dos coitos danados; sobre as camarinhas e os quartos de santos; sobre as relações de brancos com escravos – seu olho enorme, indagador. As confissões e denúncias reunidas pela visitação do Santo Ofício às partes do Brasil³⁰ constituem material precioso para o estudo da vida sexual e de família no Brasil dos séculos XVI e XVII. Indicam-nos a idade das moças casarem – doze, quatorze anos; o principal regalo e passatempo dos colonos – o jogo de gamão; a pompa dramática das procissões

– homens vestidos de Cristo e de figuras da Paixão e devotos com caixas de doce dando de comer aos penitentes. Deixam-nos surpreender, entre as heresias dos cristãos-novos e das santidades, entre os bruxedos e as festas gaiatas dentro das igrejas, com gente alegre sentada pelos altares, entoando trovas e tocando viola, irregularidades na vida doméstica e moral cristã da família – homens casados casando-se outra vez com mulatas, outros pecando contra a natureza com efebos da terra ou da Guiné, ainda outros cometendo com mulheres a torpeza que em moderna linguagem científica se chama, como nos livros clássicos, felação, e que nas denúncias vem descrita com todos os *ff* e *rr*; desbocados jurando pelo “pentelho da Virgem”; sogras planejando envenenar os genros; cristãos-novos metendo crucifixos por baixo do corpo das mulheres no momento da cópula ou deitando-os nos urinóis; senhores mandando queimar vivas, em fornalhas de engenho, escravas prenhes, as crianças estourando ao calor das chamas.

Também houve – isto no século XVIII e no XIX – esquisitões Pepys de meia-tigela, que tiveram a pachorra de colecionar, em cadernos, *gossip* e mexericos: chamavam-se “recolhedores de fatos”. Manuel Querino fala-nos deles com relação à Bahia; Arrojado Lisboa, em conversa, deu-me notícia de uns cadernos desses, relativos a Minas,³¹ e em Pernambuco, na antiga zona rural, tenho encontrado traços de “recolhedores de fatos”. Alguns “recolhedores de fatos”, antecipando-se aos pasquins, colecionavam casos vergonhosos, que, em momento oportuno, serviam para emporcalhar brasões ou nomes respeitáveis. Em geral, exploravam-se os preconceitos de branquidade e de sangue nobre; desencavava-se alguma remota avó escrava ou mina; ou tio que cumpria sentença; avô que aqui chegara de sambenito. Registravam-se irregularidades sexuais e morais de antepassados. Até mesmo de senhoras.

Outros documentos auxiliam o estudioso da história íntima da família brasileira: inventários, tais como os mandados publicar em São Paulo pelo antigo presidente Washington Luís; cartas de sesmaria, testamentos, correspondências da Corte e ordens reais – como as que existem em manuscritos na Biblioteca do Estado de Pernambuco ou dispersas por velhos cartórios e arquivos de família; pastorais e relatórios de bispos, como o interessantíssimo, de frei Luís de Santa Teresa, que amarelece, em latim, copiado em bonita letra eclesiástica, no arquivo da catedral de Olinda; atas de sessões de Ordens Terceiras,

confrarias, santas casas como as conservadas, inacessíveis e inúteis, no arquivo da Ordem Terceira de São Francisco, no Recife, e referentes ao século XVII; os *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, de que tanto se tem servido Afonso de E. Taunay para os seus notáveis estudos sobre a vida colonial em São Paulo; as atas e o registro-geral da Câmara de São Paulo; os livros de assentos de batismo, óbitos e casamentos de livres e escravos e os de rol de famílias e autos de processos matrimoniais que se conservam em arquivos eclesiásticos; os estudos de genealogia de Pedro Taques, em São Paulo, e de Borges da Fonseca, em Pernambuco; relatórios de juntas de higiene, documentos parlamentares, estudos e teses médicas, inclusive as de doutoramento nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia; documentos publicados pelo Arquivo Nacional,³² pela Biblioteca Nacional, pelo Instituto Histórico Brasileiro, na sua *Revista*, e pelos Institutos de São Paulo, Pernambuco e da Bahia. Tive a fortuna de conseguir não só várias cartas do arquivo da família Paranhos, que me foram gentilmente oferecidas pelo meu amigo Pedro Paranhos, como o acesso a importante arquivo de família, infelizmente já muito danificado pela traça e pela umidade, mas com documentos ainda dos tempos coloniais – o do engenho Noruega, que pertenceu por longos anos ao capitão-mor Manuel Tomé de Jesus, e, depois, aos seus descendentes. Seria para desejar que esses restos de velhos arquivos particulares fossem recolhidos às bibliotecas ou aos museus, e que os eclesiásticos e das Ordens Terceiras fossem convenientemente catalogados. Vários documentos que permanecem em manuscritos nesses arquivos e bibliotecas devem quanto antes ser publicados. É pena – seja-me lícito observar de passagem – que algumas revistas de história dediquem páginas e páginas à publicação de discursos patrióticos e de crônicas literárias, quando tanta matéria de interesse rigorosamente histórico permanece desconhecida ou de acesso difícil para os estudiosos.

Para o conhecimento da história social do Brasil não há talvez fonte de informação mais segura que os livros de viagem de estrangeiros – impondo-se, entretanto, muita discriminação entre os autores superficiais ou viciados por preconceitos – os Thévet, os Expilly, os Debadie – e os bons e honestos da marca de Léry, Hans Staden, Koster, Saint-Hilaire, Rendu, Spix, Martius, Burton, Tollenare, Gardner, Mawe, Maria Graham, Kidder, Fletcher. Destes me servi largamente,³³ valendo-me de

uma familiaridade com esse gênero não sei se diga de literatura – muitos são livros mal-escritos, porém deliciosos na sua candura quase infantil – que data dos meus dias de estudante; das pesquisas para a minha tese *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, apresentada em 1923 à Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Colúmbia. Trabalho que Henry L. Mencken fez-me a honra de ler, aconselhando-me que o expandisse em livro. O livro, que é este, deve esta palavra de estímulo ao mais antiacadêmico dos críticos.

Volto à questão das fontes para recordar os valiosos dados que se encontram nas cartas dos jesuítas. O material publicado já é grande; mas deve haver ainda – lembra-me em carta João Lúcio de Azevedo, autoridade no assunto – deve haver ainda na sede da Companhia muita coisa inédita. Os jesuítas não só foram grandes escritores de cartas – muitas delas tocando em detalhes íntimos da vida social dos colonos – como procuraram desenvolver nos caboclos e mamelucos, seus alunos, o gosto epistolar. Escrevendo da Bahia em 1552 dizia o jesuíta Francisco Pires sobre as peregrinações dos meninos da terra ao sertão: “[...] o que eu não escreverei porque o padre lhes mandou que escrevessem aos meninos de Lisboa; e porque poderá ser que suas cartas as vejais o não escreverei [...]”. Seria interessante descobrir essas cartas e ver o que diziam para Lisboa os caboclos do Brasil do século XVI. Frequentemente depara-se nas cartas dos jesuítas com uma informação valiosa sobre a vida social no primeiro século de colonização; sobre o contato da cultura européia com a indígena e a africana. O padre Antônio Pires, em carta de 1552, fala-nos de uma procissão de negros de Guiné em Pernambuco, já organizados em confraria do Rosário, todos muito em ordem “uns traz outros com as mãos sempre alevantadas, dizendo todos: *Ora pro nobis*.” O mesmo padre Antônio Pires, em carta de Pernambuco, datada de 2 de agosto de 1551, refere-se aos colonos da terra de Duarte Coelho como “melhor gente que de todas as outras capitanias”; outra carta informa que os índios a princípio “tinham empacho de dizer Santa Jooçaba, que em nossa língua quer dizer – pelo Signal da Cruz, por lhes parecer aquilo gatimonthas.”³⁴ Anchieta menciona os muitos bichos peçonhentos que atormentavam a vida doméstica dos primeiros colonos – cobras jararacas andando pelas casas e caindo dos telhados sobre as camas; “e quando os homens despertam se acham com elas enroladas no pescoço e nas pernas e quan-

do se vão a calçar pela manhã as acham nas botas”; e tanto Anchieta como Nóbrega destacam irregularidades sexuais na vida dos colonos, nas relações destes com os indígenas e os negros, e mencionam o fato de serem medíocres os mantimentos da terra, custando tudo “o tresp dobro do que em Portugal.” Anchieta lamenta nos nativos, o que Camões já lamentara nos portugueses – “a falta de engenhos”, isto é, de inteligência, acrescida do fato de não estudarem com cuidado e de tudo se levar em festas, cantar e folgar; salientando ainda a abundância dos doces e regalos, laranjada, aboborada, marmelada etc., feitos de açúcar.³⁵ Detalhes de um realismo honesto, esses, que se colhem em grande número, nas cartas dos padres, por entre as informações de interesse puramente religioso ou devoto. Detalhes que nos esclarecem sobre aspectos da vida colonial, em geral desprezados pelos outros cronistas. Não nos devemos, entretanto, queixar dos leigos que em crônicas como a de Pero de Magalhães Gandavo e a de Gabriel Soares de Sousa também nos deixam entrever flagrantes expressivos da vida íntima nos primeiros tempos de colonização. Gabriel Soares chega a ser pormenorizado sobre as rendas dos senhores de engenho; sobre o material de suas casas e capelas; sobre a alimentação, a confeitaria e doçaria das casas-grandes; sobre os vestidos das senhoras. Um pouco mais, e teria dado um bisbilhoteiro quase da marca de Pepys.

De outras fontes de informações ou simplesmente de sugestões, pode servir-se o estudioso da vida íntima e da moral sexual no Brasil dos tempos de escravidão: do folclore rural nas zonas mais coloridas pelo trabalho escravo; dos livros e cadernos manuscritos de modinhas e receitas de bolo,³⁶ das coleções de jornais; dos livros de etiqueta; e finalmente do romance brasileiro que nas páginas de alguns dos seus maiores mestres recolheu muito detalhe interessante da vida e dos costumes da antiga família patriarcal. Machado de Assis em *Helena*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Iaiá Garcia*, *Dom Casmurro* e em outros de seus romances e dos seus livros de contos, principalmente em *Casa Velha*, publicado recentemente com introdução escrita pela Sra. Lúcia Miguel Pereira; Joaquim Manuel de Macedo n’*As vítimas algozes*, *A moreninha*, *O moço louro*, *As mulheres de mantilha*, romances cheios de sinhazinhas, de iaiás, de mucamas; José de Alencar em *Mãe*, *Lucíola*, *Senhora*, *Demônio familiar*, *Tronco do ipê*, *Sonhos de ouro*, *Pata da gazela*; Francisco Pinheiro Guimarães na *História de*

uma moça rica e Punição; Manuel Antônio de Almeida nas *Memórias de um sargento de milícias*; Raul Pompéia n'*O ateneu*; Júlio Ribeiro n'*A carne*; Franklin Távora, Agrário de Meneses, Martins Pena, Américo Werneck, França Júnior são romancistas, folhetinistas ou escritores de teatro que fixaram com maior ou menor realismo aspectos característicos da vida doméstica e sexual do brasileiro; das relações entre senhores e escravos; do trabalho nos engenhos; das festas e procissões. Também os fixou a seu jeito, isto é, caricaturando-os, o poeta satírico do século XVIII, Gregório de Matos. E em memórias e reminiscências, o visconde de Taunay, José de Alencar, Vieira Fazenda, os dois Melo Moraes, deixaram-nos dados valiosos. Romances de estrangeiros procurando retratar a vida brasileira do tempo da escravidão existem alguns,³⁷ mas nenhum que valha grande coisa, do ponto de vista da história social. Quanto à iconografia da escravidão e da vida patriarcal está magistralmente feita por artistas da ordem de Franz Post, Zacarias Wagener, Debret, Rugendas; sem falarmos de artistas menores e mesmo toscos – desenhadores, litógrafos, gravadores, aquarelistas, pintores de ex-votos – que desde o século XVI – muitos deles ilustrando livros de viagem – reproduziram e fixaram, com emoção ou realismo, cenas de intimidade doméstica, flagrantes de rua e de trabalho rural, casas-grandes de engenhos e de sítios, tipos de senhoras, de escravos, de mestiços.³⁸ Dos últimos cinquenta anos da escravidão, restam-nos além de retratos a óleo, daguerreótipos e fotografias fixando perfis aristocráticos de senhores, nas suas gravatas de volta, de sinhá-donas e sinhá-moças de penteados altos, tapa-missa no cabelo; meninas no dia da primeira comunhão – todas de branco, luvas, grinalda, véu, livrinho de missa, rosário; grupos de família – as grandes famílias patriarcais, com avós, netos, adolescentes de batina de seminarista, meninas abafadas em sedas de senhoras de idade.

Não devo estender este prefácio, que tanto se vai afastando do seu propósito de simplesmente dar uma idéia geral do plano e do método do ensaio que se segue, das condições em que foi escrito. Ensaio de sociologia genética e de história social, pretendendo fixar e às vezes interpretar alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira.

O propósito de condensar em um só volume todo o trabalho, não o consegui infelizmente realizar. O material esborrou, excedendo os

limites razoáveis de um livro. Fica para um segundo o estudo de outros aspectos do assunto – que aliás admite desenvolvimento ainda maior.

A interpretação, por exemplo, do 1900 brasileiro – das atitudes, das tendências, dos preconceitos da primeira geração brasileira depois da Lei do Ventre Livre e da *debâcle* de 88 – deve ser feita, relacionando-se as reações antimonárquicas, da classe proprietária, seus pendores burocráticos, a tendência do grande número para as carreiras liberais, para o funcionalismo público, para as sinecuras republicanas – sinecuras em que se perpetuasse a vida de ócio dos filhos de senhores arruinados e desaparecessem as obrigações aviltantes de trabalho manual para os filhos de escravos, ansiosos de se distanciarem da senzala – relacionando-se todo esse regime de burocracia e de improdutividade que no antigo Brasil agrário, com exceção das zonas mais intensamente beneficiadas pela imigração européia, se seguiu à abolição do trabalho escravo – à escravidão e à monocultura. Estas continuaram a influenciar a conduta, os ideais, as atitudes, a moral sexual dos brasileiros. Aliás a monocultura latifundiária, mesmo depois de abolida a escravidão, achou jeito de subsistir em alguns pontos do país, ainda mais absorvente e esterilizante do que no antigo regime; e ainda mais feudal nos abusos. Criando um proletariado de condições menos favoráveis de vida do que a massa escrava. Roy Nash ficou surpreendido com o fato de haver terras no Brasil, nas mãos de um só homem, maiores que Portugal inteiro: informaram-lhe que no Amazonas os Costa Ferreira eram donos de uma propriedade de área mais extensa que a Inglaterra, a Escócia e a Irlanda reunidas.³⁹ Em Pernambuco e Alagoas, com o desenvolvimento das usinas de açúcar, o latifúndio só tem feito progredir nos últimos anos, subsistindo à sua sombra e por efeito da monocultura a irregularidade e a deficiência no suprimento de víveres: carnes, leite, ovos, legumes. Em Pernambuco, em Alagoas, na Bahia continua a consumir-se a mesma carne ruim que nos tempos coloniais. Ruim e cara.⁴⁰ De modo que da antiga ordem econômica persiste a parte pior do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras – desfeito em 88 o patriarcalismo que até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportunidades de acesso social. O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor

de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente. Muitas casas-grandes ficaram vazias, os capitalistas latifundiários rodando de automóvel pelas cidades, morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com as francesas de aluguel.

Devo exprimir meus agradecimentos a todos aqueles que me auxiliaram, quer no decorrer das pesquisas, quer no preparo do manuscrito e na revisão das provas deste ensaio. Na revisão do manuscrito e das provas ajudou-me principalmente Manuel Bandeira. Outro amigo, Luís Jardim, auxiliou-me a passar a limpo o manuscrito que entretanto acabou seguindo para o Rio todo riscado e emendado. Agradeço-lhes o concurso inteligente como também o daqueles que gentilmente me auxiliaram na tradução de trechos antigos de latim, de alemão e de holandês e em pesquisas de biblioteca e folclóricas: meu pai – o Dr. Alfredo Freyre; meu primo José Antônio Gonsalves de Melo, neto; meus amigos Júlio de Albuquerque Belo e Sérgio Buarque de Holanda; Maria Bernarda, que bastante me instruiu em tradições culinárias; os ex-escravos e pretos velhos criados em engenho – Luís Mulatinho, Maria Curinga, Jovina, Bernarda. Sérgio Buarque traduziu-me do alemão quase o trabalho inteiro de Wätjen. Júlio Belo, no seu engenho de Queimadas, reuniu-me interessantes dados folclóricos sobre relações de senhores com escravos. Sozinho ou na companhia de Pedro Paranhos e Cícero Dias, realizei excursões para pesquisas folclóricas ou conhecimento de casas-grandes características por vários trechos da antiga zona aristocrática de Pernambuco. Devo deixar aqui meus agradecimentos a quantos me dispensaram sua hospitalidade durante essas excursões: Alfredo Machado, no engenho Noruega, André Dias de Arruda Falcão, no engenho Mupã, Gerônimo Dias de Arruda Falcão, em Dois Leões, Júlio Belo, em Queimadas, a baronesa de Contendas, em Contendas, Domingos de Albuquerque, em Ipojuca, Edgar Domingues, em Raiz – verdadeiro asilo da velhice desamparada, onde fui encontrar centenário um, e octogenários os outros, quatro remanescentes das velhas senzalas de engenho. O mais velho, Luís Mulatinho, com uma memória de anjo. De outras zonas, já minhas conhecidas velhas, recordarei gentilezas recebidas de Joaquim Cavalcanti, Júlio Maranhão, Pedro Paranhos Ferreira, senhor de Juparanduba, neto do visconde e sobrinho do barão do Rio Branco, Estácio Coimbra, José Nunes da Cunha; da família Lira, em Alagoas; da famí-

lia Pessoa de Melo, no norte de Pernambuco; dos parentes do meu amigo José Lins do Rego, no sul da Paraíba; dos meus parentes Sousa e Melo, no engenho de São Severino dos Ramos, em Pau-d'Alho – o primeiro engenho que conheci e que sempre hei de rever com emoção particular. Meus agradecimentos a Paulo Prado, que me proporcionou tão interessante excursão pela antiga zona escravocrata que se estende do Estado do Rio a São Paulo, hospedando-me depois, ele e Luís Prado, na fazenda de café de São Martinho. Agradeço-lhe também o conselho de regressar de São Paulo ao Rio por mar, em vapor pequeno, parando nos velhos portos coloniais; conselho que lhe costumava dar Capistrano de Abreu. O autor do *Retrato do Brasil*, desconfiado e comodista, nunca pôs em prática, é verdade, o conselho do velho caboclo – talvez antevendo os horrores a que se sujeitam, no afã de conhecer trecho tão expressivo da fisionomia brasileira, os ingênuos que se entregam a vapores da marca do *Irati*.

Devo ainda agradecer gentilezas recebidas nas bibliotecas, arquivos e museus por onde andei vasculhando matéria: na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Museu Etnológico Português, organizado e dirigido por um sábio – Leite de Vasconcelos; na Biblioteca do Congresso, em Washington, especialmente na seção de documentos; na coleção Oliveira Lima, da Universidade Católica dos Estados Unidos – tão rica em livros raros, de viagem, sobre a América portuguesa; na coleção John Casper Branner, da Universidade de Stanford, igualmente especializada em livros de cientistas estrangeiros sobre o Brasil – cientistas que foram, muitas vezes, como Saint-Hilaire, Koster, Maria Graham, Spix, Martius, Gardner, Mawe e Príncipe Maximiliano excelentes observadores da vida social e de família dos brasileiros na seção de documentos da Biblioteca de Stanford, onde me servi da valiosa coleção de relatórios diplomáticos e de documentos parlamentares ingleses⁴¹ sobre a vida do escravo nas plantações brasileiras; na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, hoje dirigida pelo meu amigo e mestre Rodolfo Garcia; na biblioteca do Instituto Histórico Brasileiro, onde fui sempre tão gentilmente recebido por Max Fleiuss; na do Instituto Arqueológico Pernambucano, no Museu Nina Rodrigues da Bahia; na seção de documentos da Biblioteca do Estado de Pernambuco; no arquivo do cartório de Ipojuca, cujos inventários do século XIX constituem interessantes documentações para o estudo da economia escravocrata e

da vida de família patriarcal; na parte do arquivo da catedral de Olinda – manuscritos de pastorais e relatórios de bispos sobre modas, moral sexual, relações de senhores com escravos etc. – que o cônego Carmo Barata gentilmente facultou ao meu estudo. Agradeço aos meus bons amigos André e Gerônimo Dias de Arruda Falcão e Alfredo Machado terem-me franqueado seu arquivo de família, no engenho Noruega, com documentos virgens, do tempo do capitão-mor Manuel Tomé de Jesus; outros da época do barão de Jundiá; alguns de vivo interesse para o estudo da vida social dos senhores de engenho; das suas relações com os escravos. A José Maria Carneiro de Albuquerque e Melo, diretor da Biblioteca do Estado de Pernambuco, agradeço as excelentes reproduções de Piso, Barléus e Henderson, que, a meu pedido, preparou para ilustração deste livro; a Cícero Dias e ao arquiteto Carlos Pacheco Leão as plantas da casa-grande de Noruega. Um nome me falta associar a este ensaio: o do meu amigo Rodrigo M. F. de Andrade. Foi quem me animou a escrevê-lo e a publicá-lo.

Lisboa, 1931
Pernambuco, 1933

Notas ao prefácio

1. Merecem um estudo à parte os motivos decorativos e porventura místicos que orientam as pretas quituteiras na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro no recorte dos papéis azuis, encarnados, amarelos etc. Para enfeite dos tabuleiros e acondicionamento de doces, as formas que dão aos bolos, alfenins, rebuçados etc. A decoração dos tabuleiros é uma verdadeira arte de renda em papel, feita quase sem molde.
2. Antônio Ladislau Monteiro Baena, *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*, Pará, 1839.
3. Boas salienta o fato de que nas classes de condições econômicas desfavoráveis de vida os indivíduos desenvolvem-se lentamente, apresentando estatura baixa, em comparação com a das classes ricas. Entre as classes pobres encontra-se uma estatura baixa aparentemente hereditária, que, entretanto, parece suscetível de modificar-se, uma vez modificadas as condições de vida econômica. Encontram-se – diz Boas – proporções do corpo determinadas por ocupações, e aparentemente transmitidas de pai a filho, no caso do filho seguir a mesma ocupação que o pai (Franz Boas, *Anthropology and modern life*, Londres, 1929). Veja-se também a pesquisa de H. P. Bouditch, “The growth of children”, *8th Annual Report of the State Bureau of Health of Massachusetts*. Na Rússia, devido à fome de 1921-1922 – resultado não só da má organização das primeiras administrações soviéticas como do bloqueio da Nova República pelos governos capitalistas – verificou-se considerável diminuição na estatura da população (A. Ivanovsky, “Physical modifications of the population of Russia under famine”, *American Journal of Physical Anthropology*, nº 4, 1923). Por outro lado, os estudos de Hrdlicka na população norte-americana acusam o aumento de estatura (Ales Hrdlicka, *The old americans*, Baltimore, 1925). Sobre as diferenças de estatura e de outros característicos físicos e mentais de uma classe social para outra veja-se o trabalho clássico de A. Niceforo, *Les classes pauvres*, Paris, 1905; entre os recentes o de Pitirim Sorokin, *Social mobility*, Nova Iorque, 1927. Quanto à correlação entre a inteligência e a classe social da criança, veja-se o notável trabalho do professor L. M. Terman, da Universidade de Stanford, *Genetic studies of genius*, Stanford University, 1925-1930. O interessante nessas diferenças – excetuados, é claro, casos extraordinários – é determinar até que ponto são hereditárias ou genéticas ou deixam de sê-lo para refletir o favor ou o desfavor sucessivo das condições econômicas, do ambiente social e do regime alimentar de ricos e pobres. Ou – vendo-se o problema de outro ponto de vista – quais as possibilidades de tornarem-se hereditariamente transmissíveis qualidades adquiridas e cultivadas através de gerações. Dendy salienta que Oliver Wendel Holmes observou ter-se formado uma aris-

- toocracia intelectual e social na Nova Inglaterra pela repetição das mesmas influências, geração após geração (Arthur Dendy, *The biological foundation of society*, Londres, 1924). Sobre este ponto vejam-se também J. A. Detlefsen, *Our present knowledge of heredity*, Filadélfia, 1925; H. S. Jennings, *Prometheus*, Nova Iorque, 1925; C. M. Child, *Physiological foundations of behavior*, Nova Iorque, 1924; A. J. Herrick, *Neurological foundations of animal behavior*, Nova Iorque, 1924; F. B. Davenport, *Heredity in relation to eugenics*, Nova Iorque, 1911; A. Myerson, *The inheritance of mental disorders*, Baltimore, 1925.
4. Sobre a correlação do material de construção com a aristocratização das sociedades veja-se George Plekhanov, *Introduction à l'histoire sociale de la Russie* (trad.), Paris, 1926.
 5. Refutando a teoria de Oliveira Viana — a inexistência da luta de classes na formação social do Brasil — lembra Astrojildo Pereira as guerras, os conflitos dos “senhores” com os indígenas e com os negros fugidos (quilombolas) e da própria burguesia nascente com a aristocracia rural já estratificada. Também os conflitos dos representantes da Coroa, quando fortalecidos pela descoberta das minas, com os caudilhos rurais. Estes, embora atravessando crises e sofrendo depressões de poderio, foram a força preponderante (Astrojildo Pereira, “Sociologia ou apologética?”, *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1º de maio de 1929).
 Já depois de escrito este ensaio, apareceu o trabalho de Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil (ensaio de interpretação materialista da história brasileira)*, São Paulo, 1933, com o qual me encontro de acordo em vários pontos. Veja-se do mesmo autor *Formação do Brasil contemporâneo — Colônia*, São Paulo, 1942. Sobre o assunto vejam-se também os ensaios de Nelson Werneck Sodré, *Formação da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, 1944 e o de Alfredo Ellis Júnior, “Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina”, *História da civilização brasileira*, nº 4, *Boletim LXII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. O critério de ter sido a economia agrária patriarcal, modificada por diferenças de condições regionais, a força dominante na formação brasileira — critério esboçado no presente ensaio — foi estendido ao estudo da história da literatura brasileira por José Osório de Oliveira em *História breve da literatura brasileira*, Lisboa, 1939.
 6. F. P. Armitage, *Diet and race*, Londres, 1922.
 7. E. V. McCollum e Nina Simmonds, *The newer knowledge of nutrition — The use of foods for the preservation of vitality and health*, Nova Iorque, 1929.
 8. Pedro Escudero, “Influencia de la alimentación sobre la raza”, *La Prensa*, 27 de março de 1933. Interessantes os artigos do professor argentino, embora pouco acrescentem de original aos estudos dos fisiologistas norte-americanos e europeus: Armitage, McCollum, Simmonds, Lusk, Benedict, McCay, Nitti.
 9. Oswald Spengler, *La decadencia del Occidente* (trad.), Madri, 1927.

10. Franz Boas, “Changes in bodily forms of descendants of immigrants”, *Senate Documents*, Washington, 1910-1911.
11. Clark Wissler, *Man and culture*, Nova Iorque, 1923.
12. Oswald Spengler, op. cit. O valor da *casa* já fora destacado por G. Schmoller, em páginas clássicas.
13. Teodoro Sampaio, “São Paulo de Piratininga no fim do século XVI”, *Rev. Inst. Hist. de São Paulo*, vol. II.
14. Nicolau Dreys, *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, Rio de Janeiro, 1839, p. 174.
15. José Mariano Filho, Conferência na Escola de Belas-Artes do Recife, abril de 1923. A sugestão de que o copiar que se observa em numerosas capelas brasileiras de áreas rurais represente influência da arquitetura da casa-grande sobre aquele tipo de arquitetura religiosa é impugnada pelo Sr. Luís Saia em artigo intitulado “O alpendre nas capelas brasileiras” (*Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 3, 1939, p. 235). Seu principal argumento é o de que o edifício religioso alpendrado data dos primeiros tempos do cristianismo. Mas ao meu ver, não do modo por que se manifesta o alpendre em capelas do Brasil, onde chega a cercar completamente o edifício religioso, como no caso da capela do engenho Caieiras (Sergipe). Quem comparar o alpendre da basílica de São Lourenço (Roma), que o Sr. Saia apresenta como ilustração do fato de ter havido “edifícios religiosos alpendrados nos primeiros tempos do cristianismo”, com o copiar da capela do engenho Caieiras (Sergipe) ou mesmo com o da de Socorro (Paraíba) ou São Roque de Serinhaém (Pernambuco), verá que aquele não altera o caráter religioso do edifício, enquanto os brasileiros são inconfundivelmente domésticos ou patriarcais: autênticos copiares de casas-grandes transferidos para edifícios religiosos, assimilados, por este meio, ao sistema patriarcal ou feudal-tropical brasileiro de edificação. Deve-se notar que o Sr. Luís Saia admite a assimilação de “detalhes da arquitetura religiosa” no Brasil pela residencial, e vice-versa, referindo “um caso curiosíssimo de solução evidentemente de edifício religioso incorporada à construção residencial: fazenda Acaunã, Estado da Paraíba, Mun. de Sousa” (p. 237).
 Sem tomar conhecimento da sugestão que aqui se faz desde 1933 sobre a influência da arquitetura doméstica sobre a de igreja, no Brasil, o Sr. Philip L. Goodwin, em seu trabalho *Brazil builds — Architecture new and old*, 1652-1942, ilustrado pelo Sr. G. E. Kidder Smith e publicado em Nova Iorque, em 1943, com o texto inglês acompanhado de tradução portuguesa, afirma que “a vida e a arquitetura do período colonial” sofreram entre outras influências consideráveis, “a da igreja, quase tão poderosa no Brasil como o próprio rei” (p. 18). Essa influência — da arquitetura de igreja sobre a doméstica — não pode ser negada; mas a recíproca parece ser também verdadeira, como indicam capelas do tipo da de Conceição do engenho Caieiras (Sergipe).
 Recentemente, em interessante relatório sobre a excursão realizada a Monlevade, São Domingos do Prata e fazenda São Julião por um grupo de estudiosos de geografia física e cultural, a

professora Mariam Tiomno referindo-se ao aspecto da paisagem cultural além da vila Papini destaca que predominam aí “habitações de tipo colonial” e que as casas de residência, isto é, sobrevivências de casas-grandes, “são construídas sobre estacas formando um porão alto e coberto onde se abrigam os animais. Dominando a frente dos aposentos há uma grande varanda. Até a venda e a capela são desse tipo” (*Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, nº 17, agosto de 1944, p. 703). Outro caso de assimilação de edifícios não-residenciais pelo residencial, dos vários que se encontram no Brasil nas áreas de antigo domínio ou de sobrevivência da casa-grande de engenho ou fazenda, ou do sistema feudal-tropical brasileiro.

Com seu olhar de arquiteto, o francês Louis Léger Vauthier escreveu da casa-grande de Camaragibe (Pernambuco) que ele conheceu em 1840 que era “grande e comprido edifício, tendo três faces que dão para um pátio e a quarta para uma espécie de jardim maltratado. Sobre a mais longa das três faces correspondentes ao pátio, no rés-do-chão, espécie de claustro cujo acesso se faz por alguns degraus em ruína. Essa fachada dá para leste. Sobre a face sul, fica a escada principal, coberta por uma parte do teto que se projeta além das paredes da fachada e é sustentada por 3 colunas” (*Diário íntimo do engenheiro Vauthier* (tradução portuguesa do manuscrito em francês oferecido a Gilberto Freyre por Paulo Prado que o adquiriu de alfarrabista parisiense), prefácio e notas de Gilberto Freyre, publicação nº 4 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1940, p. 91).

Continuando a tradição do seu compatriota Jean-Baptiste Debret (*Voyage pittoresque et historique au Brésil ou séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusq'en 1831*, Paris, 1834-1839), a quem se devem as primeiras observações de interesse a um tempo artístico e sociológico sobre a arquitetura doméstica do Brasil, Vauthier deixou-nos no diário referido e em cartas publicadas na *Revue Générale de l'Architecture et des Travaux Publiques* (Paris, XI, 1853), sob o título “Des maisons d'habitation au Brésil”, e traduzidas ao português por Vera Melo Franco de Andrade e publicadas pelo mesmo Serviço em sua *Revista*, VII, Rio de Janeiro, 1943, com introdução e notas de Gilberto Freyre, informações e reparos valiosos sobre a arquitetura doméstica considerada em suas relações com a vida patriarcal em nosso país, em plena época de escravidão.

Sobre o assunto veja-se também no mesmo número VII da referida *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* o excelente estudo do engenheiro Joaquim Cardozo, “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio”, enriquecido com fotografias de casas-grandes da subárea estudada e nas quais, como nas do norte do Brasil, quase sempre se encontra o alpendre ou copiar.

Aliás, neste estudo, o Sr. Joaquim Cardozo concorda com sugestões feitas neste ensaio desde 1933, de que as casas-grandes brasileiras receberam “influência franciscana”: “não há a menor dúvida”, escreve ele, “de que esses alpendres receberam influência dos claustros franciscanos” (p. 236). Escreve também: “[...] pode-se muito bem aceitar, em alguns casos, bem se vê, a sugestão [...] de que as capelas tenham herdado o seu alpendre das casas-grandes” (p. 251).

Sobre o retardamento com que apareceu a casa-grande construída de material nobre e duradouro, na subárea campista (Rio de Janeiro), veja-se o recente e bem documentado trabalho do engenheiro Alberto Ribeiro Lamego, *O homem e o brejo* (publicação nº 1 da Série A, “Livros”, Biblioteca Geográfica Brasileira, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1945). Informa o mesmo pesquisador – talvez o que melhor conhece o solo, a paisagem e o passado da área fluminense, em geral, e da subárea campista, em particular – que “de todo o correr dos fins de Setecentos até a ascensão de Pedro II ao trono, só temos notícia de uma casa de senhor de engenho ainda existente hoje na antiga região dos goitacás: é a residência de Mato de Pipa no morgadio de Quissamã, levantada em 1786 por Manuel Carneiro da Silva, pai do 1º visconde de Araruama. De um só piso e avarandada. Com suas velhas portas arqueadas, seu oratório interno de imagens antiqüíssimas, sua vetusta cama de cabiúna com embutidos de pequiá-marfim, a casa de Mato de Pipa, precioso testemunho arquitetônico dessa época e residência de uma das grandes famílias da planície, nada tem que denote luxo e fausto” (p. 129-130). Sobre o assunto veja-se também o recente estudo de José Wash Rodrigues, *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*, São Paulo, 1944.

Acerca da excelência técnica da construção portuguesa, veja-se Paul-Antoine Evin, *L'Architecture portugaise au Maroc et le style manuelin*, Lisboa, 1942. Escreve o Sr. Paul-Antoine Evin que “les Portugais ont vivement frappé l'imagination des indigènes par leurs magnifiques qualités de tailleurs de pierres, de stéréotomistes. De nos jours, la voix populaire it encore au Maroc de tout monument ancien bien appareillé qu'il est l'oeuvre des Portugais” (p. 10).

16. À soror Mariana de Beja o Menino Jesus vinha ajudar “a dobar as meadas e o novelo” de sua costura; à venerável madre Rosa Maria de Santo Antônio aparecia para brincar com a roda do tear etc. (Gustavo de Matos Sequeira, *Relação de vários casos notáveis e curiosos sucedidos em tempo na cidade de Lisboa* etc., Coimbra, 1925).
17. Carta régia de 3 de setembro de 1709 e bando de 1740 no Maranhão, cit. por Agostinho Marques Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil, ensaio jurídico-histórico-social*, Rio de Janeiro, 1866.
18. J. da Silva Campos, “Tradições baianas”, *Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia*, nº 56.
19. Tristão de Alencar Araripe, “Pater-famílias no Brasil dos tempos coloniais”, *Rev. Inst. Hist. Geog. Br.*, vol. 55.
20. José Vieira Fazenda, “Antigualhas e memórias do Rio de Janeiro”, *Rev. Inst. Hist. Geog. Br.*, vol. 149, tomo 95.
21. Também em Minas. Na tapera de Samangolê, município de Paracatu, havia até há pouco um baile de noite de São João concorrido por gente de toda parte, que vinha em seges e cadeirinhas, escoltadas de pajens etc. As orquestras tocavam a noite inteira. Mas, ao amanhecer, tudo tinha

- desaparecido. Ultimamente este mal-assombrado se desencantou. Entre as mais famosas casas velhas mal-assombradas do Brasil está a do padre Correia (Petrópolis) onde “conta-se que a alma dos veneráveis Correias por ali erravam à noite protestando contra o abandono da propriedade” (Lourenço L. Lacombe, “A mais velha casa de Correias”, *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 2, 1928, p. 96).
22. Walter B. Cannon, *Bodily changes in pain, hunger, fear and reage*, Nova Iorque, Londres, 1929.
23. Arthur Keith, “On certain factors concerned in the evolution of human races”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Londres, vol. XLVI.
24. Maria Graham, *Journal of a voyage to Brazil and residence there during the years 1821, 1822, 1823*, Londres, 1824, p. 127.
25. Adolphe d’Assier, *Le Brésil contemporain – Races – Moeurs – Institutions – Paysages*, Paris, 1867, p. 89.
26. Alfredo Ellis Júnior, em *Raça de gigantes*, demonstra, baseado nos *Inventários e nas sesmarias*, que até o fim do século XVIII dominou em São Paulo o regime da pequena propriedade, as casas de morada não passando de edifícios de taipas e pilão, a princípio cobertas de sapé: “Tinham em ordinário três lanços, com o seu quintal, e eram pessimamente mobiliadas [...]”. Porém grandes, com imensas salas de jantar, e já com “casa dos negros”, ou senzala. Na casa setecentista de Francisco Mariano da Cunha achou Ellis Júnior dezesseis quartos de grandes dimensões e sala de jantar de 13 x 5,40. Oliveira Viana, no seu *Populações meridionais do Brasil*, salienta o contraste entre as fazendas paulistas anteriores ao século do café – o XIX – fazendolas “que se mediam às braças, sendo as maiores de uma légua em quadra, com as fazendas mineiras e fluminenses que são latifúndios de dez mil alqueires ou mais.” Os verdadeiros latifúndios foram porém os de Pernambuco e da Bahia, do tipo do de Garcia d’Ávila.
27. João Vampré, “Fatos e festas na tradição”, *Rev. Inst. Hist. de São Paulo*, vol. XIII.
- Deve-se salientar que C. A. Taunay, em seu *Manual do agricultor brasileiro*, publicado no Rio de Janeiro em 1839, aconselhava os senhores de engenho e fazendeiros do Brasil a levantarem suas casas em “elevação medíocre” e dando a frente para “o oriente e sul”. Nas suas palavras (p. 20-21): “O oriente e sul são as duas exposições mais favoráveis para a frente das casas, por haver menos sol e melhor viração. O local preferível he huma elevação medíocre, no centro da planície com hum declive suave da parte da frente e quasi insensível da banda dos fundos para collocação das dependencias. Bem entendido que deve haver agua proxima, e, se possivel, dentro de casa; mas as localidades e circunstancias peculiares de cada fazenda modificão estas regras”.
- “O chão de todas as habitações e officinas deve ser levantado acima do nivel do terreno visinho: huma mistura de barro, tubatinga, arêa e bosta de boi applicada e soccada torna-se quasi tão dura como ladrilho e serve bem para argamassar tanto os terreiros como os pavimentos.”

No exemplar do *Manual* que possuo há, com relação à expressão “menos sol e melhor viração”, este comentário do antigo dono do livro, fazendeiro contemporâneo de C. A. Taunay: “e mais chuva e mais humidade, não é? Ora va rezar —”.

- Sobre o assunto vejam-se também: *Cartas econômico-políticas sobre o comércio e a agricultura da Bahia*, Lisboa, 1821; F. P. L. Wernecke, *Memória sobre a fundação de uma fazenda*, Rio de Janeiro, 1860; F. L. C. Burlamaqui, *Monografia da cana do açúcar*, Rio de Janeiro, 1862; Alberto Lamego Filho, *A planície do solar e da senzala*, Rio de Janeiro, 1934; Afonso Várzea, *Geografia do açúcar no leste do Brasil*, Rio de Janeiro, 1943; “Geografia dos engenhos cariocas”, *Brasil Açucareiro*, nº 1, vol. XXII, janeiro de 1944; “Engenhos dentre Guanabara- Setetiba”, *Brasil Açucareiro*, nº 2, vol. XXV, fevereiro de 1945; Miguel Calmon du Pin e Almeida, *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, Bahia, 1834.
28. Lúcio Costa, “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, *O Jornal*, edição especial de Minas Gerais, Rio de Janeiro.
29. “Livros de assentos” de senhores de engenho, existem alguns. Graças à gentileza de uma velha parenta, Da. Maria (Jaiá) Cavalcanti de Albuquerque Melo, foi-me dado para consulta o “livro de assentos particulares” iniciado em Olinda em 1º de março de 1843 por seu pai Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo (1821-1901), registrando fatos não só de interesse para a família de Francisco Casado de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (1776-1832), antigo senhor do engenho Jundiá, que vendeu em 1832, e para as famílias de seus filhos e genros, como de interesse geral – epidemia de cólera, mata-mata marinho, hecatombe de Vitória etc.
30. *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia – 1591-1592*, São Paulo, 1922; *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil etc. – Denúncias da Bahia – 1591-1593*, São Paulo, 1925; *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil etc. – Denúncias de Pernambuco*, São Paulo, 1929. Esses documentos fazem parte da série Eduardo Prado, editada por Paulo Prado; os dois primeiros volumes trazem introduções de Capistrano de Abreu; o terceiro de Rodolfo Garcia.
31. Estes cadernos, tive a fortuna de encontrá-los em recente viagem a Minas. Acham-se alguns em Caeté, outros em Belo Horizonte, em mãos de um particular, que gentilmente nos franqueou à leitura.
- Representam o esforço pachorrento, e tudo indica que escrupuloso, não de um simples bibliotecário, mas de velho pesquisador municipal, falecido há anos: Luís Pinto. Pinto passou a vida vasculhando arquivos, atas, livros de registro de casamento e batismo, testamentos, na colheita de dados genealógicos de algumas das mais importantes famílias mineiras. Tive o gosto de ver confirmadas por esses dados generalizações a que me arriscara, na primeira edição deste trabalho, sobre a formação da família naquelas zonas do Brasil onde foi maior a escassez de mulher branca. É assim que Jacintho de Siqueira, “a celebre mulher africana que em fins do século XVII

- ou princípios do XVIII veio com diversos bandeirantes da Bahia” e a quem “se deve o descobrimento de ouro no correjo Quatro Vintens e ereção do Arraial à Villa Nova do Príncipe em 1714”, aparece identificada como o tronco, por assim dizer matriarcal, de todo um grupo de ilustres famílias do nosso país. “Os pais de todos os filhos de Jacintha Siqueira – acrescenta o genealogista – foram homens importantes e ricos e muitos figurão entre os homens da governança [...]” Entre outros, um sargento-mor.
32. Entre outros, documentos de terras. Prefaciando a “Synopsis das sismarias registradas nos livros existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia” (*Publicações do Arquivo Nacional*, XXVII), Alcides Bezerra salienta o interesse desses documentos para o sociólogo, o antropossociólogo ou o mero genealogista. Constituem, com efeito, “pedra fundamental para a história territorial brasileira”, e no conhecimento desta deve basear-se a interpretação do nosso desenvolvimento social.
 33. Servi-me, algumas vezes, na transcrição de trechos dos livros de viagem mais conhecidos, de traduções já existentes em português. Mas cotejando-as sempre com os originais, e em certos pontos discordando dos tradutores e retificando-os. Os textos dos livros de viajantes mais antigos – séculos XV, XVI, XVII, XVIII e princípios do XIX – são transcritos, quando conservados no original, com todos os seus arcaísmos. Também os textos das crônicas, tratados e documentos antigos portugueses e brasileiros. Dos livros considerados fontes principais, vão indicadas as páginas de que aparecem citações.
 34. *Cartas jesuíticas (1550-1568)*, Rio de Janeiro, 1887, p. 41.
 35. Joseph de Anchieta, *Informações e fragmentos históricos*, Rio de Janeiro, 1886, p. 37.
 36. Possui um que foi de Gerônimo Dias de Arruda Falcão, por algum tempo senhor do engenho Noruega, e grande *gourmet*. Sentado em uma cadeira de balanço, o velho Gerônimo seguia às vezes o preparo dos guisados ou das sobremesas mais finas. Livro de modinhas, possui também um: foi do meu tio-avô Cícero Brasileiro de Melo.
 37. Entre outros, o de Adrien Delpech, *Roman brésilien*, e o de Saint-Martial, *Au Brésil*; também o de Mme. Julie Delafage-Breffier, *Les Portugais d'Amérique (souvenirs historiques de la guerre du Brésil en 1635)*, Paris, 1847. O Sr. Agrippino Grieco, em artigo de crítica a este ensaio, lembrou o romance do espanhol Juan Valera, *Genio y figura*, “onde há cenas das mais sugestivas sobre o Rio dos meados do Segundo Império.”
 38. Entre os álbuns destacam-se o *Album brésilien* (águas-tintas) de Ludwig & Briggs sobre o Rio de Janeiro e *Memória de Pernambuco* (lit. de F. H. Carls e desenhos de L. Schlappriz). Aquarelas e gravuras soltas existem várias, salientando-se as da Brasileira Oliveira Lima, hoje na Universidade Católica, em Washington; as do antigo Museu Baltar, por iniciativa feliz do ex-governador Estácio Coimbra adquiridas para o Museu do Estado de Pernambuco, organizado por Aníbal Fernandes; as do Museu Histórico e as da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Também apre-

sentam interesse histórico, quadros de ex-votos dispersos pelas sacristias de velhas igrejas, capelinhas de engenho etc. Na igreja do Sítio da Capela, perto do Recife, apodreceram uns, bem interessantes.

39. Roy Nash, *The conquest of Brazil*, Nova Iorque, 1926.
40. Segundo estatísticas oficiais (*Anuário Estatístico de Pernambuco*, Recife, 1929-1930) a zona sacrificada em Pernambuco à monocultura abrange uma área de 1.200.000 hectares com apenas 138.000 cobertos com lavoura. Em palestra realizada no Rotary Clube do Recife o Sr. André Bezerra, da empresa arrendatária do matadouro da capital pernambucana, salientou o fato de que 88,5% da referida zona se acham completamente incultos, enquanto 20% do total da zona, ou 240.000 hectares, “transformados em campos de pastagem com gramíneas selecionadas, convenientemente divididos em cercados, com bebedouros adequados, banheiros carrapaticidas etc., dão para manter um rebanho de 240.000 reses, que na base de 10% utilizável para o corte, fornecerá 24.000 reses para o açougue [...]” (*Diário de Pernambuco*, 2 de abril de 1933). Do assunto pretendo me ocupar com mais detalhes, em trabalho próximo. De passagem direi que não se compreendem os obstáculos criados, em Pernambuco, à importação de carnes congeladas do Rio Grande do Sul e de São Paulo que viriam melhorar a qualidade da alimentação e baratear-lhe o preço, enquanto não se dá melhor destino, do ponto de vista do bem-estar geral, às terras sacrificadas à monocultura latifundiária. A não ser que os governos assim procedam sob a influência dos chamados “interesses inconfessáveis”.
41. *British and foreign state papers* (Londres), 1825-1841, e *Parliamentary papers*; (Londres), especialmente *Reports from committees sugar and coffee, planting*, house of commons, Session 1847-1848.